

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Austral Resseguradora S.A.

30 de junho de 2018
com Relatório do Auditor Independente



Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2018

Índice

Relatório da Administração da Austral Resseguradora S.A.	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	2
Demonstrações financeiras intermediárias auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

A Austral Resseguradora S.A. (“Austral Re”) foi autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Austral Re é um ressegurador local que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de cada um de nossos clientes, com a realização de uma subscrição responsável, buscando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e cautelosa.

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram nesse semestre R\$168,8 milhões, enquanto os prêmios ganhos atingiram R\$168,6 milhões. O índice de sinistralidade geral ficou em 68,2% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro). Destacam-se os ganhos de escala e eficiência que já levaram o índice de despesa administrativa ao patamar de 5% em relação ao prêmio ganho. O lucro antes de impostos e participações foi de R\$21,5 milhões enquanto o lucro líquido do semestre atingiu R\$12,9 milhões. Nosso índice combinado atingiu 101%, e ao final do semestre, o patrimônio líquido da Austral Re, era de R\$292,1 milhões.

A política de investimentos da Austral Re, adequada à realidade dos negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$23,4 milhões. Os Administradores declaram possuir capacidade financeira que viabilize as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse semestre qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

A Austral Resseguradora planeja continuar sua trajetória de crescimento e consolidação no mercado, mantendo sua política de subscrição de forma técnica e buscando manter a diversificação da carteira com o objetivo de reduzir a volatilidade da mesma, em linha com o plano de negócios inicial.

A Companhia, como parte de sua política de reinvestimentos dos lucros, pretende reinvestir parte do lucro líquido no próprio negócio. De acordo com o Estatuto Social da Austral Re, aos seus acionistas é assegurado o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Por fim, a Austral Re, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste exercício, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.

Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Austral Resseguradora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma



relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

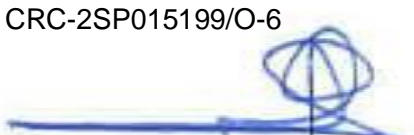
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias-- Continuação

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC-1RJ094644/O-0

Balanço patrimonial
30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo		
Circulante	907.635	876.362
Disponível	48.067	46.743
Caixa e bancos	48.067	46.743
Aplicações (Nota 6)	272.140	259.455
Títulos de renda fixa - públicos	197.226	187.329
Quotas de fundos de investimentos	64.640	63.372
Aplicações no exterior	10.274	8.754
Créditos das operações com resseguros (Nota 8)	340.754	316.937
Operações com seguradoras	246.961	239.630
Operações com resseguradoras	93.793	77.307
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	219.483	225.352
Prêmios de retrocessão diferidos	69.640	78.674
Sinistros com retrocessão	133.483	117.038
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados	15.128	28.852
Provisão de excedente técnico	1.208	788
Provisão despesa relacionada	24	-
Títulos e créditos a receber	21.142	22.316
Créditos a receber	533	4.472
Créditos tributários (Nota 10)	20.398	17.790
Outros créditos	211	54
Despesas Antecipadas	160	-
Despesas administrativas	160	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	5.889	5.559
Comissões diferidas com resseguros	5.889	5.559
Não circulante	145.220	119.318
Realizável a longo prazo	142.120	115.780
Aplicações (Nota 6)	99.667	83.013
Títulos de renda fixa - públicos	81.060	83.013
Aplicações no exterior	18.607	-
Créditos das operações com resseguros (Nota 8)	9.257	9.727
Operações com seguradoras	9.257	9.512
Operações com resseguradoras	-	215
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	33.031	22.772
Prêmios de retrocessão diferidos	12.964	14.025
Sinistros com retrocessão	20.067	8.747
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	165	268
Comissões diferidas com resseguros	165	268
Imobilizado (Nota 12)	395	443
Bens móveis	395	443
Intangível (Nota 13)	2.705	3.095
Outros intangíveis	2.705	3.095
Total do ativo	1.052.855	995.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Balanço patrimonial
30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	31/12/2017
Passivo		
Circulante	694.016	662.958
Contas a pagar	1.794	7.537
Obrigações a pagar	443	5.460
Impostos e encargos sociais a recolher	224	1.031
Encargos trabalhistas	845	724
Impostos e contribuições	282	322
Débitos das operações com resseguros	159.588	157.458
Prêmio a restituir	2.047	2.826
Operações com seguradora	230	456
Operações com resseguradoras (Nota 14)	150.395	142.722
Corretores de seguros e resseguros	6.726	7.344
Outros débitos operacionais	190	4.110
Depósito de terceiros	1.553	869
Depósitos de terceiros	1.553	869
Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 15)	531.081	497.094
Provisão de prêmios não ganhos	175.159	170.599
Provisão de sinistros a liquidar	260.333	216.160
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	89.809	106.080
Provisão de excedente técnico	5.780	4.255
Não circulante	66.761	50.428
Contas a pagar	13.520	9.830
Tributos diferidos	13.520	9.830
Débitos das operações com resseguros	8.716	9.310
Operações com resseguradoras (Nota 14)	8.713	9.261
Corretores de seguros e resseguros	3	49
Provisões técnicas com resseguradoras (Nota 15)	44.525	31.288
Provisão de prêmios não ganhos	18.722	20.464
Provisão de sinistro a liquidar	25.803	10.824
Patrimônio líquido (Nota 17)	292.078	282.294
Capital social	234.468	220.179
Aumento de capital em aprovação	-	14.289
Reserva de capital	2.469	2.431
Reservas de lucros	43.898	44.948
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(1.641)	447
Lucro acumulado	12.884	-
Total do passivo e patrimônio líquido	1.052.855	995.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prêmios de resseguros	168.770	260.909
Variações das provisões técnicas	(210)	12.645
Prêmios ganhos (Nota 20 e Nota 22.a)	168.560	273.554
Sinistros ocorridos (Nota 22.b)	(115.015)	(278.843)
Custos de aquisição (Nota 22.c)	(5.351)	(5.121)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22.d)	(19.939)	(8.137)
Resultado com retrocessão (Nota 22.e)	(18.981)	20.170
Despesas administrativas (Nota 22.f)	(8.544)	(7.259)
Despesas com tributos (Nota 22.g)	(2.714)	(1.578)
Resultado financeiro (Nota 22.h)	23.440	19.064
(=) Resultado antes dos impostos e participações	21.456	11.850
Imposto de renda (Nota 18)	(3.463)	(1.191)
Contribuição social (Nota 18)	(3.962)	(132)
Participações sobre o lucro	(1.147)	(1.498)
(=) Lucro líquido do semestre	12.884	9.029
Quantidade de ações	222.441.240	211.100.409
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais	0,06	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Lucro líquido do semestre	12.884	9.029
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do semestre em períodos subsequentes		
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	(3.796)	(1.335)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	1.708	601
Outros resultados abrangentes do semestre, líquido dos impostos	(2.088)	(734)
Total de outros resultados abrangentes do semestre, líquidos dos impostos	10.796	8.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste TVM	Lucro acumulado	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	220.179	-	2.273	5.487	54.729	(93)	-	282.575
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	9.029	9.029
Incentivo baseado em ações (Nota 21)	-	-	94	-	-	-	-	94
Prejuízo não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(734)	-	(734)
Juros sobre capital próprio (Nota 17c)	-	-	-	-	-	-	(9.727)	(9.727)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(22.000)	-	-	(22.000)
Saldos em 30 de junho de 2017	220.179	-	2.367	5.487	32.729	(827)	(698)	259.237
Saldos em 31 de dezembro de 2017	220.179	14.289	2.431	6.779	38.169	447	-	282.294
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	12.884	12.884
Aumento do capital (Nota 17)	14.289	(14.289)	-	-	-	-	-	-
Incentivo baseado em ações (Nota 21)	-	-	38	-	-	-	-	38
Prejuízo não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(2.088)	-	(2.088)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.050)	-	-	(1.050)
Saldos em 30 de junho de 2018	234.468	-	2.469	6.779	37.119	(1.641)	12.884	292.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do fluxo de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	12.884	9.029
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	471	527
Incentivo baseado em ações	38	94
Reversão perda de valor recuperável	445	-
	13.838	9.650
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(31.427)	(1.205)
Créditos das operações com resseguros	(24.156)	(9.056)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	(4.390)	(40.055)
Ativos fiscais diferidos	3.690	11
Títulos e créditos a receber	1.174	789
Despesas antecipadas	(160)	(155)
Custos de aquisição diferidos	(227)	170
Impostos e contribuições	3.908	3.188
Débitos de operações com resseguros	1.900	(3.158)
Obrigações a pagar	(2.944)	(3.779)
Provisões técnicas com resseguradoras	47.224	80.315
Depósitos de terceiros	684	1.297
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.755)	(3.154)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.359	34.858
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	-	(4)
Aquisição de intangível	(33)	(3.554)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(33)	(3.558)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(1.050)	(22.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(1.952)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(3.002)	(22.000)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.324	9.300
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	46.743	34.699
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	48.067	43.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro - RJ ("Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguro, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 31 de janeiro de 2011, foram homologadas pela Portaria SUSEP nº 3.908 as deliberações tomadas por seus acionistas, realizadas em Assembleia Geral Extraordinária, em 27 de dezembro de 2010, bem como a autorização para Austral Resseguradora S.A. operar com resseguros e retrocessão.

Em 6 de outubro de 2011, a Austral Participações S.A. passou a ser a acionista e detentora de 100% das ações da Companhia.

Em 5 de setembro de 2014, os acionistas da Austral Participações S.A. aprovaram a participação do International Finance Corporation - IFC como acionista da Companhia, mediante um aumento de capital social da Austral Participações S.A. A entrada do International Finance Corporation - IFC como acionista com participação qualificada indireta na Austral Resseguradora S.A. foi ratificado pela Portaria SUSEP nº 6.130/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Austral Participações S.A.

Em 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser acionista e detentora de 100% das ações da Companhia. A transferência do controle acionário, foi ratificado pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 08 de maio de 2018, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Companhia.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas, com base nesse princípio.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias --Continuação

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP (doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP”).

A Circular SUSEP nº 517, emitida em 30 de julho de 2015, e as alterações posteriores que dispõem sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com vigência a partir da data de publicação, revogando a Circular SUSEP nº 508 emitida em 9 de janeiro de 2015.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Resseguradora em 30 de agosto de 2018.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do período.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras intermediárias são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.
- Recebíveis.

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Resseguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de resseguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras intermediárias --Continuação

d) Base para mensuração--Continuação

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de sua aquisição e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Resseguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias, segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

l) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Ativos financeiros--Continuação

II) Títulos disponíveis para venda

A Resseguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

III) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor determinado na aceitação do contrato, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Bolsa de Mercadoria e Futuros - BM&FBovespa.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro, é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo e caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Bolsa de Mercadoria e Futuros - BM&FBovespa.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de resseguro

Contratos de resseguro são contratos em que a Companhia acorda com uma seguradora a aceitação de um único risco ou uma carteira de riscos, podendo, inclusive, aceitar parte dos mesmos. Nestes contratos, obriga-se a pagar as indenizações relativas a sinistros cobertos pela cedente, e devidamente amparados pelo contrato de resseguro. De forma geral, a Companhia determina se apresenta risco de resseguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento ressegurado tivesse ocorrido.

Os contratos de resseguro visam resguardar os interesses das seguradoras, por meio de redução de volatilidade da seguradora, ampliação de capacidade, diminuição de exigência de capital, troca de expertise, dentre outros.

Para os contratos facultativos e não proporcionais, os prêmios de resseguro e as despesas de comercialização são registrados no momento da aceitação do contrato, sendo a parcela de prêmios ganho reconhecido no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Já para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão. Dessa forma, parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado decorre do padrão de emissão acima exposto.

e) Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação de retrocessão são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Ativos e passivos de retrocessão--Continuação

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação, e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

No semestre findo em 30 de junho de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram verificadas a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de seguro e resseguro da Companhia.

f) Passivos de resseguro

A Companhia utilizou as diretrizes do CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação dos contratos de resseguro e conversão das demonstrações financeiras intermediárias, aplicando as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de resseguro tais como teste de adequação de passivos, avaliação do valor recuperável de ativos de retrocessão, dentre outras políticas aplicáveis.

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de resseguro. As provisões técnicas decorrentes de contratos de resseguro, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e os conceitos atuariais internacionalmente difundidos, aplicáveis aos resseguradores locais autorizados a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As metodologias utilizadas para cálculo de cada provisão técnica estão descritas em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico e em conformidade com a Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações e a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, conforme especificado a seguir:

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos. Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro e a exposição ao risco de cada contrato em linha com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

f) Passivos de resseguro--Continuação

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG--Continuação

A parcela de provisão de prêmio não ganho de riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE é estimada apenas para os contratos facultativos, utilizando uma metodologia de taxas médias de atraso verificadas na carteira. Esse fator de atraso médio subjetivamente selecionado é aplicado sobre a provisão de prêmio não ganho - PPNG de riscos já emitidos para obtenção da provisão de prêmio não ganho de riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE. Essa metodologia de cálculo permite uma adequação mais rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores.

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

Corresponde à melhor estimativa enviada pela cedente para o valor a ser pago pela Companhia ajustada à experiência de mercado e, nos casos de sinistros avisados de forma individual, à avaliação feita pela regulação da Companhia do valor informado pela cedente.

Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR

Tem como objetivo estimar a responsabilidade perante os sinistros já ocorridos, porém ainda não conhecidos pela Companhia. A metodologia para cálculo dessa provisão varia de acordo com as características específicas dos tipos de contrato e/ou linhas de negócio assumidos. Em alguns casos, utiliza-se a metodologia de triângulos de run-off por período de subscrição. Já para outros, a sinistralidade esperada por contrato e/ou por carteira. Há contratos em que utiliza-se também os estudos e informações recebidas pela cedente para os períodos informados. Ou seja, o objetivo é sempre refletir de forma mais apurada e adequadas a estimativa de sinistros ocorridos, mas não avisados.

Provisão de excedente técnico - PET

Tem como objetivo provisionar os valores devidos de acordo com o resultado do contrato. Neste conceito estão incluídos os pagamentos de participação nos lucros (*profit commission* e no *claims bonus*) e comissão escalonada (*sliding scale*). O cálculo desta provisão é efetuado por contrato na data de apuração destes valores e de acordo com o critério específico estabelecido em cada contrato.

A provisão destes valores será ajustada ou revertida à medida que tais valores sejam confirmados com a cedente ou retrocessionário ou efetivamente pagos ou recebidos.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

f) Passivos de resseguro--Continuação

Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

g) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são registrados quando da aceitação dos contratos e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas comissões é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

A tabela abaixo demonstra dois prazos médios de diferimento dos grupos:

- Prazo médio de vigência das apólices inseridas nos contratos vigentes de resseguro proporcionais e não proporcionais, utilizado para diferimento dos prêmios emitidos em determinado mês.
- Prazo médio total de diferimento de todos os contratos vigentes de resseguro, proporcionais, não proporcionais e facultativos. Ou seja, prazo médio total para que o prêmio de determinado contrato seja integralmente ganho.

Grupos	30 de junho de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento total do contrato de resseguro (em meses)	Prazo médio de vigência das apólices inseridas no contrato de resseguro (em meses)	Prazo de diferimento total do contrato de resseguro (em meses)
Patrimonial	14	25	14	24
Riscos especiais	12	13	12	15
Responsabilidades	14	28	12	23
Automóvel	12	36	12	35
Transportes	12	21	12	20
Riscos financeiros	36	47	36	47
Pessoas coletivo	12	28	12	23
Rural	6	17	6	18
Outros	16	27	15	23
Marítimos	12	22	12	23
Aeronáuticos	12	21	12	22
Petróleo	12	15	-	-
Saúde	-	12	-	-
Aceitações do exterior	12	22	-	-

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

h) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de resseguros incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores.

i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

j) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares e contratos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o intangível para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o intangível e usá-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o intangível gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento do softwares e contratos.
- Os gastos atribuíveis durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

j) Intangível--Continuação

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

k) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios a receber de resseguros e retrocessão a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de *impairment* será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

l) Ativos contabilizados ao custo amortizado--Continuação

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido também na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

m) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do semestre findo em 30 de junho de 2018 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 20%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

n) Teste de adequação de passivo -TAP

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro vigentes na data-base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP instituiu e definiu a regra para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações e orientações posteriores.

O teste de adequação de passivo foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) Teste de adequação de passivo -TAP--Continuação

Os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de retrocessão. Na estimativa desses fluxos de caixas futuros, utilizou-se premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Todas as premissas e resultados encontrados apresentam detalhamento em relatório específico do teste.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Para a composição do teste de adequação de passivo em 30 de junho de 2018, a Resseguradora dispõe de fluxos de direitos e obrigações em diversas moedas, uma vez que passou a assumir contratos com vários países a partir do segundo semestre de 2017.

Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em real, utilizou-se a ETTJ livre de risco pré-fixada da ANBIMA. Para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, a Companhia utilizou a curva cupom dólar, ambas disponibilizadas no site da SUSEP. Uma vez que a SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas, a Companhia estimou uma curva para cada moeda individualmente. Dessa forma, todos os fluxos foram trazidos a valor a presente a partir da aplicação da curva de desconto específica referente a sua respectiva moeda de emissão.

Os testes de adequação de passivos realizados para o semestre findo em 30 de junho de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de resseguro.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída (deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados) com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o pronunciamento CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes--Continuação

As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Companhia, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de resseguros ocorre, nos contratos não proporcionais e facultativos, na data de aceitação dos riscos cobertos. Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é conhecido em data posterior. Assim, a emissão é realizada uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é conhecida alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente.

Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Os prêmios emitidos de resseguro contemplam o total de prêmios a receber pactuado nos contratos de resseguro celebrados durante o período contábil e eventuais ajustes que venham a surgir, no período contábil, para prêmios a receber com relação a emissões de períodos contábeis anteriores, em conformidade com a informação enviada pelas seguradoras.

A partir do exercício de 2014, a Companhia iniciou o reconhecimento da parcela de prêmios relativa aos riscos vigentes e não emitidos - prêmio RVNE tendo em vista que passou a ter uma base histórica de prêmios mais consistente de forma a efetuar uma estimativa do valor do prêmio RVNE de forma confiável. Os prêmios emitidos de retrocessão contemplam o total de prêmios a pagar pactuado nos contratos de retrocessão, celebrados durante o período contábil e eventuais ajustes de períodos anteriores, de forma consistente com os prêmios de resseguro que foram objeto de retrocessão.

q) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC no 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

q) Resultado por ação--Continuação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do semestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Companhia não possuía ações preferenciais.

O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do semestre.

r) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio na data de aquisição. A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

s) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O CPC nº 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS nº 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. Conforme ata de reunião da Comissão Contábil da SUSEP de 25/01/2018. A discussão sobre esse pronunciamento será realizada ao longo desse ano na Comissão Contábil da SUSEP, a fim de avaliar a forma de adoção pelo mercado supervisionado. Foi destacado que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC adicionou ao cabeçalho do CPC nº 38 um aviso alertando que o pronunciamento continua válido enquanto sua revogação não for determinada pelo órgão regulador.

O IFRS nº 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS nº 17 é aplicável a partir de 01 janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- s) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente--Continuação

A IFRS nº 16 *Leasing* estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Os normativos acima serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas e políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

- a) Avaliação de passivos de contratos de resseguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de resseguro dos ramos em que a Companhia atua são: provisão de prêmios não ganhos - PPNG, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, provisão de sinistros a liquidar - PSL, provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR, provisão de despesas relacionadas - PDR e provisão de excedente técnico - PET.

As provisões técnicas da Resseguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado, estando em conformidade com todos os requisitos e orientações estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de resseguros é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

a) Avaliação de passivos de contratos de resseguros--Continuação

Os sinistros são analisados pelo comportamento histórico da base e pela expectativa de perda total da carteira, podendo ser analisados em maiores detalhes por linha de negócio e tipo de sinistro. Grandes sinistros serão, em geral, analisados separadamente, através da constituição de reserva pelo valor nominal das estimativas de perda ou por meio da projeção separada para refletir o seu comportamento futuro. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas poderão não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar de sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

b) Provisão para recuperação de ativos de resseguros e retrocessão

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações de seguro e retrocessão. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

e) Provisões para contingências

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolva benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária.

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

a) Risco de resseguro

O principal risco para a Resseguradora nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos, histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes saudáveis e prudenciais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional a Companhia cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Resseguradora.

Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente com a provisão de sinistros a liquidar, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de resseguros, a Companhia mantém políticas, processos e procedimentos operacionais para avaliação de riscos nos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões, as ações e os procedimentos adotados na subscrição de riscos da carteira. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital da Companhia e visam à geração de lucros estáveis e contínuos.

A Companhia subscreve riscos em todos os grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pela norma de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a globalidade da carteira, são adotadas diversas modelagens, consolidadas na comunidade atuarial, como referências para a precificação. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: análise histórica, atrito e severidade, exposição e experiência.

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

b) Riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a sua necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diários da carteira.

A Companhia possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses a seguir.

c) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos.

A Resseguradora possui negócios apenas com resseguradores bem avaliados pelas agências de rating, apresentando as seguintes classificações mínimas: Standard & Poor's (BBB), Fitch (A-), Moody's (Baa1) e A.M Best Company (B++).

Adicionalmente, a Resseguradora possui exposição de R\$11.172 em 30 de junho de 2018 e R\$6.397 em 31 de dezembro de 2017, com negócios aceitos em resseguro, tendo como contraparte sociedades seguradoras.

d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Resseguradora. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

d) Risco de mercado--Continuação

Em paralelo a esse controle, foi desenvolvido um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações.

e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário à posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma da sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possui 86% (88% em 31 de dezembro de 2017) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 14% (12% em 31 de dezembro de 2017) dos ativos financeiros são compostos por outros fundos de investimento.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

	30 de junho de 2018		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Total
Ativos e passivos			
Caixa e bancos	48.067	-	48.067
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	257.423	14.717	272.140
Ativos financeiros disponíveis para venda	99.667	-	99.667
Crédito das operações de resseguros	340.754	9.257	350.011
Títulos e créditos a receber	21.142	-	21.142
Total de ativos	767.053	23.974	791.027
Contas a pagar	1.794	13.520	15.314
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	311.598	11.494	323.092
Depósito de terceiros	1.553	-	1.553
Débitos das operações de resseguros	159.588	8.716	168.304
Total de passivos	474.533	33.730	508.263

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

Ativos e passivos	31 de dezembro de 2017		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Total
Caixa e bancos	46.743	-	46.743
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	245.775	13.680	259.455
Ativos financeiros disponíveis para venda	83.013	-	83.013
Crédito das operações de resseguros	316.937	9.727	326.664
Títulos e créditos a receber	22.316	-	22.316
Total de ativos	714.784	23.407	738.191
Contas a pagar	7.537	9.830	17.367
Provisões técnicas com resseguradoras (líquidos de retrocessão)	271.742	8.516	280.258
Depósito de terceiros	869	-	869
Débitos das operações de resseguros	157.458	9.310	166.768
Total de passivos	437.606	27.656	465.262

f) Testes de sensibilidade

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo *Value at Risk - VAR* paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,13% do patrimônio da carteira ou 0,22% com nível de confiança de 99%. A Resseguradora também considera em sua análise o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 100 pontos base ou 1% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA - inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 5% na taxa de câmbio.

Cenário A (**)			Cenário B (**)		
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação	+300 bps ^(*)	(6.980)	Inflação	-100 bps ^(*)	6.980
Câmbio	+5%	2.210	Câmbio	-5%	(2.210)
Total		(4.470)	Total		4.470

(*) Bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(**) Informações fornecidas pela a Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

5. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade--Continuação

Sinistralidade

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado pela Companhia em cada período. Para realizar um teste de sensibilidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% da sinistralidade incorrida por grupo de ramo observado nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2018 e 2017.

<u>Grupo</u>	30 de junho de 2018		
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro de resseguro	Varição de sinistro, líquido de retrocessão
Patrimonial	11,23%	382	172
Riscos especiais	136,84%	282	76
Responsabilidades	146,37%	530	288
Automóvel	45,93%	1.489	1.488
Transportes	170,22%	1.700	253
Riscos financeiros	235,17%	4.528	1.052
Pessoas coletivo	10,00%	6.021	2.496
Rural	11,74%	101	103
Outros	176,41%	1.133	766
Marítimos	160,78%	307	70
Aeronáuticos	10,00%	2.355	828
Petróleo	4,85%	4	2
Aceitações do exterior	138,73%	1.592	1.474
Total		20.424	9.068

<u>Grupo</u>	30 de junho de 2017		
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro de resseguro	Varição de sinistro, líquido de retrocessão
Patrimonial	67,23%	2.216	581
Riscos especiais	257,95%	560	307
Responsabilidades	69,04%	290	246
Automóvel	69,91%	965	966
Transportes	170,12%	2.059	226
Riscos financeiros	78,08%	1.550	462
Pessoas coletivo	32,05%	2.120	1.162
Rural	128,92%	1.239	1.425
Outros	159,63%	12.699	12.579
Marítimos	741,44%	3.115	68
Aeronáutico	248,46%	1.031	27
Total		27.844	18.049

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da resseguradora após impostos e contribuições em 30 de junho de 2018 seria um aumento de despesas no montante de R\$1.008 (R\$3.051 em 30 de junho de 2017).

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

30 de junho de 2018									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	119.302	76.450	1.474	197.226	197.229	53%	53%
Certificado de depósito no exterior	2,62	-	10.274	-	-	10.274	10.274	3%	3%
Quotas de fundos de investimentos	-	64.640	-	-	-	64.640	64.640	17%	17%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	13.291	67.769	81.060	84.736	22%	22%
Global bonds	4,80	-	-	18.607	-	18.607	18.727	5%	5%
Total		64.640	129.576	108.348	69.243	371.807	375.606	100%	100%

31 de dezembro de 2017									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	115.301	72.028	-	187.329	187.321	55%	55%
Depósito a prazo no exterior	-	8.754	-	-	-	8.754	8.754	3%	3%
Quotas de fundos de investimentos	-	63.372	-	-	-	63.372	63.372	18%	18%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	13.380	69.633	83.013	82.203	24%	24%
Total		72.126	115.301	85.408	69.633	342.468	341.650	100%	100%

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos administradores dos respectivos fundos.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

b) Hierarquia de valor justo--Continuação

	30 de junho de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	16.858	47.782	64.640	17.360	46.012	63.372
Títulos de renda fixa – privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	10.274	10.274	-	8.754	8.754
Títulos de renda fixa – públicos:						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	197.226	-	197.226	187.329	-	187.329
II. Títulos disponíveis para venda:						
Títulos de renda fixa - públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	81.060	-	81.060	83.013	-	83.013
Global bonds	-	18.607	18.607	-	-	-
Total	295.144	76.663	371.807	287.702	54.766	342.468

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possuía 1.010 (1.010 em 31 de dezembro de 2017) Letras Financeiras do Tesouro - LFT, que somam R\$9.674 (R\$9.376 em 31 de dezembro de 2017), disponibilizadas ao Banco Itaú S.A. como contra garantia a uma carta de crédito.

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro 2016	304.139	38.352	342.491
(+) Aplicações	115.658	50.352	166.010
(-) Resgates	(188.339)	(12.087)	(200.426)
(+) Rendimentos	27.949	5.415	33.364
(+/-) Ajuste ao valor justo	48	981	1.029
Saldo final em 31 de dezembro 2017	259.455	83.013	342.468
(+) Aplicações	83.118	17.893	101.011
(-) Resgates	(79.271)	(2.277)	(82.361)
(+) Rendimentos	8.841	4.834	13.675
(+/-) Ajuste ao valor justo	(3)	(3.796)	(2.986)
Saldo final em 30 de junho de 2018	272.140	99.667	371.807

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte dos resseguradores locais. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão de prêmios não ganhos	193.881	191.063
Provisão de sinistros a liquidar	286.136	226.984
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	89.809	106.080
Provisão de excedentes técnicos	5.780	4.255
Total das provisões técnicas	575.606	528.382
Direitos creditórios	(128.546)	(126.600)
Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	(1.952)	(1.109)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	(15.128)	(28.852)
Recuperação de provisão de sinistros a liquidar - PSL	(153.550)	(125.785)
Provisão de prêmio não ganho de retrocessão	(18.960)	(26.419)
Provisão de excedentes técnicos	(1.208)	(788)
Total das exclusões	(319.344)	(309.553)
Total das provisões técnicas para cobertura	256.262	218.829
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	169.412	144.951
Notas do tesouro nacional - NTN	81.060	83.013
Quotas de fundos de investimento	52.840	52.385
Total de ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	303.312	280.349
Suficiência	47.050	61.520

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com resseguros

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prêmios a receber - circulante	305.184	276.297
Prêmios a receber - não circulante	9.257	9.727
Total circulante e não circulante	314.441	286.024
Aging de prêmios a receber		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	26.510	13.995
De 31 a 60 dias	8.920	14.118
De 61 a 120 dias	7.502	12.077
De 121 a 180 dias	22.673	10.001
De 181 a 360 dias	218.688	205.767
Superior a 360 dias	9.257	9.727
Total de prêmios a vencer	293.550	265.685
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	4.776	3.058
De 31 a 60 dias	4.224	5.664
De 61 a 120 dias	4.766	2.254
De 121 a 180 dias	1.196	873
De 181 a 360 dias	806	6.539
Superior a 360 dias	5.932	1.951
Total de prêmios vencidos	21.700	20.339
Provisão para perda de valor recuperável	(809)	-
Total de prêmios a receber	314.441	286.024
Recuperação de corretagem	28	55
Recuperação de sinistro efetivamente pago	26.924	32.860
Participações nos lucros a receber	7.089	5.943
Outros créditos a receber	1.529	1.782
Outros créditos das operações	35.570	40.640
Total circulante	340.754	316.937
Total não circulante	9.257	9.727
Total de crédito das operações	350.011	326.664
Movimentação dos prêmios a receber:		
Saldo inicial	286.024	252.560
(+) Prêmios emitidos	181.424	499.896
(-) Recebimentos	(152.198)	(466.432)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	(809)	-
Saldo final	314.441	286.024

Cabe destacar que o valor de prêmios vencidos acima de 61 dias não foi contabilizado como redução ao valor recuperável, uma vez que a sua maior parte foi recebida, e a Companhia não considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

9. Ativos de retrocessão

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	15.128	28.852
Recuperações de sinistros pendentes de pagamento	153.550	125.785
Prêmios de retrocessão diferidos dos contratos emitidos	82.604	92.699
Outras provisões	1.232	788
Total geral	252.514	248.124
Total do circulante	219.483	225.352
Total não circulante	33.031	22.772

10. Créditos tributários

Em 30 de junho de 2018, o valor de R\$20.398 (R\$17.790 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a: (i) R\$8.571 (R\$7.811 em 31 de dezembro de 2017) correspondentes aos créditos tributários do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, calculados sobre o saldo da Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL e Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR; (ii) R\$11.149 (R\$5.381 em 31 de dezembro de 2017) correspondentes aos créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e (iii) R\$678 (R\$4.598 em 31 de dezembro de 2017) correspondentes aos créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pago a maior.

Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

11. Custos de aquisição diferidos

<u>Grupo</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / cancelamento</u>	<u>30/06/2018</u>
Patrimonial	3.014	211	(576)	2.649
Riscos especiais	353	-	(183)	170
Responsabilidades	107	77	(28)	156
Automóvel	74	1	(40)	35
Transportes	148	350	(76)	422
Riscos financeiros	110	322	(66)	366
Pessoas coletivo	169	5	(40)	134
Rural	202	309	(107)	404
Outros	278	-	(156)	122
Marítimos	199	30	(117)	112
Aeronáuticos	1.173	156	(688)	641
Petróleo	-	331	-	331
Saúde	-	16	(4)	12
Aceitações do exterior	-	505	(5)	500
Total circulante e não circulante	5.827	2.313	(2.086)	6.054

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos--Continuação

Grupo	31/12/2016	Constituição	Diferimento / cancelamento	31/12/2017
Patrimonial	2.603	987	(576)	3.014
Riscos especiais	116	470	(233)	353
Responsabilidades	205	53	(151)	107
Automóvel	210	2	(138)	74
Transportes	141	132	(125)	148
Riscos financeiros	123	52	(65)	110
Pessoas coletivo	320	79	(230)	169
Rural	147	139	(84)	202
Outros	265	180	(167)	278
Marítimos	94	148	(43)	199
Aeronáuticos	554	1.082	(463)	1.173
Total circulante e não circulante	4.778	3.324	(2.275)	5.827

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da aceitação dos contratos e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação de passivo.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Aquisições	Baixa	Depreciação	30/06/2018
Equipamentos de informática	20%	124	-	-	(18)	106
Sistemas de telecomunicações	10%	37	-	-	(6)	31
Móveis, máquinas e utensílios	10%	66	-	-	(10)	56
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	12	-	-	(2)	10
Instalações		204	-	-	(12)	192
Total		443	-	-	(48)	395

	Taxa anual de depreciação	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Equipamentos de informática	20%	127	79	(41)	(41)	124
Sistemas de telecomunicações	10%	49	-	-	(12)	37
Móveis, máquinas e utensílios	10%	85	-	-	(19)	66
Sistemas de refrigeração e segurança	10%	16	-	-	(4)	12
Instalações	10%	220	8	-	(24)	204
Total		497	87	(41)	(100)	443

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

13. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Amortização	30/06/2018
Direito de uso software terceiros	20%	295	33	-	(83)	245
Outros intangíveis	20%	2.800	-	-	(340)	2.460
Total		3.095	33	-	(423)	2.705

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Amortização	31/12/2017
Direito de uso software terceiros	20%	421	74	-	(200)	295
Outros intangíveis	20%	-	3.500	-	(700)	2.800
Total		421	3.574	-	(900)	3.095

14. Operações com resseguradoras

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios de resseguro cedido	188.983	166.475
Comissão	(42.602)	(38.611)
Sinistros	3.985	14.829
Outros	29	29
Total circulante	150.395	142.722
Prêmios de resseguro cedido	14.906	15.637
Comissão	(6.193)	(6.376)
Total não circulante	8.713	9.261
Total circulante e não circulante	159.108	151.983

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de resseguros e retrocessão

	Provisão de resseguros		Parcela de retrocessão		Resseguro (-) retrocessão = provisão líquida	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Patrimonial	44.918	45.736	(26.351)	(26.508)	18.567	19.228
Riscos especiais	1.589	4.372	(1.120)	(3.098)	469	1.274
Responsabilidades	4.780	2.961	(2.269)	(1.147)	2.511	1.814
Automóvel	32.975	33.615	(11)	(33)	32.964	33.582
Transportes	9.233	9.338	(7.480)	(7.771)	1.753	1.567
Riscos financeiros	37.388	41.626	(28.902)	(34.080)	8.486	7.546
Pessoas coletivo	6.686	9.976	(4.125)	(6.003)	2.561	3.973
Rural	7.539	6.558	(19)	(6)	7.520	6.552
Outros	14.445	21.125	(2.937)	(2.708)	11.508	18.417
Marítimos	1.742	4.290	(1.254)	(3.356)	488	934
Aeronáuticos	6.740	11.466	(4.500)	(7.989)	2.240	3.477
Petróleo	3.729	-	(1.872)	-	1.857	-
Saúde	254	-	(36)	-	218	-
Aceitações do exterior	21.863	-	(1.728)	-	20.135	-
Provisão de prêmios não ganhos	193.881	191.063	(82.604)	(92.699)	111.277	98.364
Patrimonial	66.927	79.878	(37.675)	(48.247)	29.252	31.631
Riscos especiais	9.969	5.868	(5.835)	(2.820)	4.134	3.048
Responsabilidades	7.173	5.254	(2.169)	(1.679)	5.004	3.575
Automóvel	9.936	6.844	(652)	(194)	9.284	6.650
Transportes	44.475	29.812	(29.218)	(18.189)	15.257	11.623
Riscos financeiros	53.856	17.367	(35.376)	(12.863)	18.480	4.504
Pessoas coletivo	21.600	18.081	(8.589)	(7.125)	13.011	10.956
Rural	7.846	6.201	(1.199)	(937)	6.647	5.264
Outros	29.281	23.224	(475)	(589)	28.806	22.635
Marítimos	29.349	26.147	(28.788)	(25.525)	561	622
Aeronáuticos	4.692	8.308	(3.574)	(7.617)	1.118	691
Aceitações do exterior	1.032	-	-	-	1.032	-
Provisão de sinistros a liquidar	286.136	226.984	(153.550)	(125.785)	132.586	101.199
Patrimonial	6.757	10.699	(2.237)	(7.038)	4.520	3.661
Riscos especiais	-	378	-	(47)	-	331
Responsabilidades	4.346	1.221	(847)	(554)	3.499	667
Automóvel	8.894	13.017	(86)	(36)	8.808	12.981
Transportes	7.592	9.893	(402)	(1.878)	7.190	8.015
Riscos financeiros	4.158	3.566	(2.812)	(2.247)	1.346	1.319
Pessoas coletivo	10.169	18.027	(5.494)	(6.806)	4.675	11.221
Rural	4.302	6.142	(469)	(786)	3.833	5.356
Outros	24.673	33.044	(470)	(207)	24.203	32.837
Pessoas individual	831	417	(208)	-	623	417
Marítimos	1.545	2.156	(1.099)	(2.095)	446	61
Aeronáuticos	1.595	7.520	(629)	(7.158)	966	362
Petróleo	42	-	(10)	-	32	-
Aceitações do exterior	14.905	-	(365)	-	14.540	-
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	89.809	106.080	(15.128)	(28.852)	74.681	77.228
Patrimonial	152	165	(72)	(57)	80	108
Responsabilidades	66	124	(1)	(1)	65	123
Automóvel	1.363	1.427	-	-	1.363	1.427
Transportes	100	135	(39)	(53)	61	82
Riscos financeiros	3.324	1.674	(1.020)	(660)	2.304	1.014
Pessoas coletivo	163	116	(26)	(6)	137	110
Rural	41	39	-	-	41	39
Outros	262	564	(37)	(7)	225	557
Marítimos	4	10	(1)	(3)	3	7
Aeronáuticos	7	1	(4)	(1)	3	-
Saúde	9	-	(8)	-	1	-
Aceitações do exterior	289	-	-	-	289	-
Provisão de excedente técnico	5.780	4.255	(1.208)	(788)	4.572	3.467
Patrimonial	-	-	(24)	-	(24)	-
Provisão de despesas relacionadas	-	-	(24)	-	(24)	-
Total circulante	531.081	497.094	(219.483)	(225.352)	311.598	271.742
Total não circulante	44.525	31.288	(33.031)	(22.772)	11.494	8.516
Total geral	575.606	528.382	(252.514)	(248.124)	323.092	280.258

15. Provisão técnica de resseguros e retrocessão--Continuação

Movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela abaixo:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Resseguro	Retrocessão	Retido	Resseguro	Retrocessão	Retido
Provisões de sinistro e prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	286.136	(153.550)	132.586	226.984	(125.785)	101.199
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	89.809	(15.128)	74.681	106.080	(28.852)	77.228
Provisão de despesas relacionadas	-	(24)	(24)	-	-	-
Provisão total de sinistros	375.945	(168.702)	207.243	333.064	(154.637)	178.427
Provisão de prêmios não ganhos	193.881	(82.604)	111.277	191.063	(92.699)	98.364
Provisão de excedente técnico	5.780	(1.208)	4.572	4.255	(788)	3.467
Provisão total de prêmios	199.661	(83.812)	115.849	195.318	(93.487)	101.831
Total	575.606	(252.514)	323.092	528.382	(248.124)	280.258
Desenvolvimento das provisões de sinistros						
Em 1º de janeiro	333.064	(154.637)	178.427	237.344	(91.953)	145.391
Sinistros ocorridos no período	116.493	(51.974)	64.519	458.745	(158.781)	299.964
Sinistros pagos no período	(83.205)	43.315	(39.890)	(364.111)	98.104	(266.007)
Variação cambial	9.588	(5.820)	3.768	2.542	(2.445)	97
Atualização monetária	5	438	443	(1.456)	438	(1.018)
No final do período	375.945	(168.678)	207.267	333.064	(154.637)	178.427
Desenvolvimento das provisões de prêmios						
Em 1º de janeiro	195.318	(93.487)	101.831	186.664	(109.606)	77.058
Prêmios emitidos no período	168.770	(59.070)	109.700	492.411	(134.562)	357.849
Prêmio ganho no período	(168.560)	69.781	(98.779)	(485.034)	151.261	(333.773)
Variação cambial	4.133	(1.036)	3.097	1.277	(580)	697
No final do período	199.661	(83.812)	115.849	195.318	(93.487)	101.831
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	226.984	(125.785)	101.199	156.357	(76.104)	80.253
Movimento	59.152	(27.765)	31.387	70.627	(49.681)	20.946
No final do período	286.136	(153.550)	132.586	226.984	(125.785)	101.199
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	106.080	(28.852)	77.228	80.987	(15.849)	65.138
Movimento	(16.271)	13.724	(2.547)	25.093	(13.003)	12.090
No final do período	89.809	(15.128)	74.681	106.080	(28.852)	77.228
Desenvolvimento da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	-	-	-	-	-	-
Movimento	-	(24)	(24)	-	-	-
No final do período	-	(24)	(24)	-	-	-

16. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, em contratos automáticos a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Resseguradora por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em dólar americano foram convertidos pela taxa de câmbio da data base de 30 de junho de 2018 no valor de R\$3,8558.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro

Ano de Subscrição	Período de Aviso								Total
	0	1	2	3	4	5	6	7	
2011	730	73.425	23.814	1.468	(40)	801	(1.291)	(393)	98.514
2012	8.525	104.971	36.605	11.679	2.183	6.455	(10.822)	-	159.596
2013	6.768	76.515	24.097	10.084	10.603	19.829	-	-	147.896
2014	76.283	174.014	26.082	1.325	18.375	-	-	-	296.079
2015	97.454	87.563	106.924	45.188	-	-	-	-	337.129
2016	165.944	125.901	24.149	-	-	-	-	-	315.994
2017	198.455	48.466	-	-	-	-	-	-	246.921
2018	1.579	-	-	-	-	-	-	-	1.579
Total	555.738	690.855	241.671	69.744	31.121	27.085	(12.113)	(393)	1.603.708

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Juros - Judicial	-	-	-	-	694	775	(1.456)	5	18

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Pagamentos	287	60.529	80.291	185.026	262.363	261.958	367.724	84.225	1.302.403
PSL	555.451	630.326	161.380	(115.282)	(230.548)	(234.098)	(381.293)	(84.614)	301.322

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de retrocessão

Ano de Subscrição	Período de Aviso								Total
	0	1	2	3	4	5	6	7	
2011	91	56.189	12.503	802	(371)	(235)	(159)	(134)	68.686
2012	751	51.401	7.012	71	(302)	4.412	875	-	64.220
2013	11.918	43.329	8.274	3.039	4.479	15.583	-	-	86.622
2014	68.264	118.129	8.264	2.108	2.204	-	-	-	198.969
2015	17.953	37.400	78.303	30.980	-	-	-	-	164.636
2016	12.360	44.662	14.944	-	-	-	-	-	71.966
2017	19.706	11.656	-	-	-	-	-	-	31.362
2018	273	-	-	-	-	-	-	-	273
Total	131.316	362.766	129.300	37.000	6.010	19.760	716	(134)	686.734

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Juros (Judicial)	-	-	-	-	206	232	(438)	-	-

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Pagamentos	1	49.951	46.663	127.783	116.553	38.075	98.102	42.707	519.835
PSL	131.316	312.816	82.638	(90.784)	(110.336)	(18.084)	(97.824)	(42.841)	166.901

16. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

Desenvolvimentos dos sinistros avisados retidos

Ano de Subscrição	Período de Aviso								Total
	0	1	2	3	4	5	6	7	
2011	639	17.236	11.311	666	331	1.036	(1.132)	(259)	29.828
2012	7.774	53.570	29.593	11.608	2.485	2.043	(11.697)	-	95.376
2013	(5.150)	33.186	15.823	7.045	6.124	4.246	-	-	61.274
2014	8.019	55.885	17.818	(783)	16.171	-	-	-	97.110
2015	79.501	50.163	28.621	14.208	-	-	-	-	172.493
2016	153.584	81.239	9.205	-	-	-	-	-	244.028
2017	178.749	36.810	-	-	-	-	-	-	215.559
2018	1.306	-	-	-	-	-	-	-	1.306
Total	424.422	328.089	112.371	32.744	25.111	7.325	(12.829)	(259)	916.974

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Juros (Judicial)	-	-	-	-	488	543	(1.018)	5	18

No ano de	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Pagamentos	286	10.578	33.628	57.243	145.810	223.883	269.622	41.518	782.568
PSL	424.135	317.510	78.742	(24.498)	(120.212)	(216.014)	(283.469)	(41.773)	134.421

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social subscrito e integralizado é representado por 222.441.240 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$14.289, com emissão de 11.340.831 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,26. Assim, o capital social de R\$220.179 aumentou para R\$234.468, e o número de ações de 211.100.409 para 222.441.240 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 766, de 26 de janeiro de 2018.

17. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro do exercício, após absorção dos prejuízos acumulados, e o restante é destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, com a aprovação unânime dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 31 de março do ano corrente, foi deliberado o pagamento de dividendos valor total de R\$ 1.050. (22.000 em 31 de dezembro de 2017).

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	292.078	282.294
Despesas antecipadas	(160)	-
Ativo intangível	(2.705)	(3.095)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	1.230	1.400
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	44	4.488
Patrimônio líquido ajustado - PLA	290.487	285.087
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição - CRSub	40.442	67.504
Capital adicional de risco de crédito - CRCr	20.423	21.668
Capital adicional de risco de mercado - CRMerc	10.451	12.920
Capital adicional de risco operacional - CROp	2.546	3.594
Benefício da diversificação	(13.819)	(17.050)
Capital de risco - CR (b)	60.043	88.636
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	60.043	88.636
Patrimônio líquido ajustado	290.487	285.087
(-) Exigência de capital - EC	88.636	88.636
Suficiência de capital	230.444	196.451
Suficiência de capital - % da EC	384%	221,64%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, preveem que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 30 de junho de 2018 e 2017, estão reconciliados, como se segue:

	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	21.456	21.456	11.850	11.850
Participações estatutárias no lucro	(1.147)	(1.147)	(1.498)	(1.498)
Juros sobre o capital	-	-	(9.727)	(9.727)
Base de cálculo	20.309	20.309	625	625
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(5.065)	(4.062)	(156)	(125)
Outras (adições) / exclusões permanentes	1.592	(8)	(1.064)	(5)
(Adições) / exclusões permanentes no cálculo da tributação	1.592	(8)	(1.064)	(5)
Variação cambial	2.253	1.802	263	211
Ajuste a valor de mercado	744	595	(152)	(122)
Outras provisões	62	50	369	295
(Adições) / exclusões temporárias no cálculo da tributação	3.059	2.447	480	384
Deduções fiscais	10	-	29	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social (Despesa) / receita de tributos diferidos	(405) (3.058)	(1.623) (2.339)	(711) (480)	- (132)
Total de receita / (despesa)	(3.463)	(3.962)	(1.191)	(132)

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, emissão de contrato de resseguros cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e receitas e despesas operacionais.

Ao longo do semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos diretores estatutários, no montante de R\$329 (R\$316 em 30 de junho de 2017). Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com empresas consideradas partes relacionadas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas / (Despesas)	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	-	-	36	281	(265)	(269)
Austral Participações S.A.	-	-	-	1.952	-	(9.727)
Austral Participações II S.A.	13	-	-	1.050	(1.050)	-
Braquiara Empreendimentos	-	-	38	38	(228)	(222)
Austral Seguradora S.A.	31.696	53.483	62.565	27.320	35.872	2.954
Administradores	-	-	-	-	(329)	(316)
Total	31.709	53.483	62.639	29.591	34.000	7.580

20. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 30 de junho de 2018 e 2017 são:

Grupos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (a)		Índice de comercialização (b)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Patrimonial	37.252	36.254	10,21	61,12	6,67	5,61
Riscos especiais	2.270	2.386	124,41	234,49	4,32	0,8
Responsabilidades	3.985	4.616	133,07	62,76	2,76	2,88
Automóvel	35.651	15.192	41,75	63,56	0,18	1,43
Transportes	10.986	13.314	154,74	154,65	2,59	1,57
Riscos financeiros	21.180	21.846	213,8	70,99	0,34	0,28
Pessoas coletivo	17.268	72.756	(24,87)	29,13	1,15	1,35
Rural	9.516	10.572	10,68	117,21	5,60	2,4
Outros	7.070	87.514	160,38	145,12	3,48	0,55
Pessoas individual	-	(82)	-	(485,37)	-	0,00
Marítimos	2.105	4.621	146,18	674,03	3,14	1,77
Aeronáuticos	7.587	4.565	(21,04)	225,87	10,25	14,26
Petróleo	952	-	4,41	-	10,61	-
Saúde	116	-	-	-	6,03	-
Aceitações do exterior	12.622	-	126,11	-	2,43	-
Total prêmio ganho	168.560	273.554				

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

20. Grupos de ramos de atuação--Continuação

Grupos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida (a)	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Patrimonial	16.779	11.872	42,28	48,96
Riscos especiais	609	30	54,50	10.144,32
Responsabilidades	2.167	1.737	207,79	141,38
Automóvel	35.629	15.184	40,35	63,61
Transportes	1.635	3.702	174,82	63,93
Riscos financeiros	4.921	3.001	289,01	233,41
Pessoas coletivo	7.157	63.796	(114,84)	18,22
Rural	9.707	10.302	9,82	138,36
Outros	4.782	86.455	200,46	145,5
Pessoas individual	-	(42)	-	(959,57)
Marítimos	479	671	96,90	100,72
Aeronáuticos	2.666	1.497	39,52	18,02
Petróleo	476	-	6,62	-
Saúde	89	-	-	-
Aceitações do exterior	11.683	-	133,13	-
Total prêmio ganho retido	98.779	198.205		

- (a) Índice de sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / {Prêmio emitido líquido - variação da provisão de prêmios não ganhos}.
- (b) Índice de comercialização = custo de aquisição ganho/prêmio ganho

A composição de prêmios de resseguro e retrocessão aceitas (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Patrimonial	36.233	39.162	(20.219)	(31.222)	16.014	7.940	44,20	20,27	55,80	79,73
Riscos especiais	(556)	865	342	(840)	(214)	25	38,49	2,89	61,51	97,11
Responsabilidades	5.727	1.651	(2.930)	(121)	2.797	1.530	48,84	92,67	51,16	7,33
Automóvel	34.947	23.974	-	-	34.947	23.974	100	100	-	-
Transportes	10.526	5.200	(8.801)	(2.104)	1.725	3.096	16,39	59,54	83,61	40,46
Riscos financeiros	18.481	15.197	(11.330)	(12.326)	7.151	2.871	38,69	18,89	61,31	81,11
Pessoas coletivo	14.027	67.610	(8.253)	(6.701)	5.774	60.909	41,16	90,09	58,84	9,91
Rural	10.480	9.953	179	(10)	10.659	9.943	101,71	99,90	(1,71)	0,10
Outros	(1.182)	86.009	(2.245)	(1.045)	(3.427)	84.964	289,93	98,79	(189,93)	1,21
Pessoas individual	-	(82)	-	40	-	(42)	-	51,22	-	48,78
Marítimo	(521)	4.056	517	(3.468)	(4)	588	0,77	14,50	99,23	85,50
Aeronáuticos	2.762	7.314	(1.374)	(5.759)	1.388	1.555	50,25	21,26	49,75	78,74
Petróleo	4.526	-	(2.276)	-	2.250	-	49,71	-	50,29	-
Saúde	379	-	(71)	-	308	-	81,27	-	18,73	-
Aceitações do exterior	32.941	-	(2.609)	-	30.332	-	92,08	-	7,92	-
Total	168.770	260.909	(59.070)	(63.556)	109.700	197.353	65	75,64	35	24,36

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

20. Grupos de ramos de atuação--Continuação

Prêmio de retrocessão cedida por classe de resseguradora:

	30/06/2018	30/06/2017
Resseguradora local	782	344
Resseguradora admitida	40.517	38.146
Resseguradora eventual	17.771	25.066
Total	59.070	63.556

Prêmio de resseguro aceito e retrocessão aceita por classe:

	30/06/2018	30/06/2017
Seguradora	148.364	242.147
Resseguradora local	(2)	314
Resseguradora admitida	15.272	15.568
Resseguradora eventual	5.136	2.880
Total	168.770	260.909

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2013, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Resseguradora.

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizadas em 1º e 2 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

21. Incentivo baseado em ações

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

O primeiro programa prevê três datas de *vesting*, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O segundo programa prevê quatro datas de *vesting*, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O terceiro programa prevê de três a cinco datas de *vesting*, dependendo do beneficiário, sendo a última data de *vesting* em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O quarto programa prevê três datas de *vesting*, sendo a última data de *vesting* em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezoito meses a contar da última data de *vesting* e a partir de cada uma das datas de *vesting* estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot do ativo foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

Para o quarto programa, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Resseguradora.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de *vesting* ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 1º de abril de 2016. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do semestre findo em 30 de junho de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Quantidade de opções</u>
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2017	10.474.396
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2017	8.980.039
Totalidade de opções exercidas	-
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 30 de junho de 2018	10.474.396
Total de opções exercíveis em 30 de junho de 2018	9.030.443

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 10.474.396 opções em aberto representam uma diluição de até 4,30% sobre um total de 243.614.411 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Resseguradora, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2018 no montante de R\$2.469 (R\$2.431 em 31 de dezembro de 2017).

22. Detalhamento de contas de resultado

a) <u>Prêmios de resseguro</u>	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios de resseguros	141.468	245.050
Prêmio risco vigente não emitido	7.629	(2.904)
Retrocessão aceita	19.673	18.763
Variações das provisões técnicas	(210)	12.645
Total	168.560	273.554
b) <u>Sinistros ocorridos</u>		
Indenizações avisadas	(132.764)	(261.153)
Despesa com sinistro	(106)	(70)
Salvados	1	1.873
Ressarcimentos	1.583	626
Variações de sinistros ocorridos, mas não avisados	16.271	(20.119)
Total	(115.015)	(278.843)
c) <u>Custos de aquisição</u>		
Comissões	(5.422)	(4.891)
Variações de despesas de comercialização diferidas	71	(230)
Total	(5.351)	(5.121)
d) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Outras receitas de resseguro	65	685
Tarifa bancária	(8)	(10)
Despesas de administração de contratos	(878)	(792)
Participação nos lucros de resseguro aceito	(16.579)	(5.904)
Participação nos lucros de retrocessão aceita	(1.928)	(2.116)
Outras despesas de resseguro	(166)	-
Redução ao valor recuperável	(445)	-
Total	(19.939)	(8.137)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

e) <u>Resultado com retrocessão</u>	30/06/2018	30/06/2017
Sinistros ocorridos, mas não avisados	(13.724)	4.874
Despesa com sinistro	24	-
Recuperação de indenização	65.698	91.198
Salvados	(2)	-
Ressarcidos	(1.533)	(620)
Outros créditos	(3)	6
Prêmio de retrocessão cedido	(59.070)	(63.556)
Receita com participação nos lucros	340	61
Variações de prêmio retrocessão cedido	(10.711)	(11.793)
Total	(18.981)	20.170
f) <u>Despesas administrativas</u>		
Pessoal próprio e encargos sociais	(3.854)	(3.701)
Localização e funcionamento	(1.613)	(1.378)
Serviços de terceiros	(2.143)	(1.196)
Depreciação e amortização	(471)	(527)
Publicidade e propaganda	(380)	(418)
Outros	(83)	(39)
Total	(8.544)	(7.259)
g) <u>Despesas com tributos</u>		
Despesas com COFINS	(1.714)	(726)
Despesas com PIS	(287)	(122)
Taxa de fiscalização	(519)	(501)
Outras	(194)	(229)
Total	(2.714)	(1.578)
h) <u>Resultado financeiro</u>		
Receitas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	16.038	17.404
Títulos disponíveis para venda	4.887	3.127
Operações de resseguros	94.933	30.851
Valorização cambial do disponível	9.991	2.709
Outras receitas	203	712
Despesas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(7.200)	(1.428)
Títulos disponíveis para venda	(53)	(884)
Operações de resseguros	(93.184)	(31.107)
Desvalorização cambial do disponível	(2.157)	(2.125)
Outras despesas	(18)	(195)
Total	23.440	19.064

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018
(Em milhares de reais)

24. Responsáveis

Conselheiros

Alessandro Monteiro Morgado Horta
Bruno Augusto Sacchi Zarembo
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Petrônio Duarte Cançado

Gerente de contabilidade

Arthur Teixeira Rodrigues
CRC RJ - nº 078781/O-0

Atuária

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2029